

PROJECTO DE RESOLUÇÃO N.º 320/XI/2.^a

RECOMENDA AO GOVERNO A CONTINUIDADE DAS OBRAS DO METRO MONDEGO EM 2011

A Refer informou esta semana os dois empreiteiros responsáveis pela obra do Sistema de Mobilidade do Mondego que irá suspender as empreitadas em curso no Ramal da Lousã. Na carta enviada pela Refer, a empresa informa que vai suprimir as intervenções referentes às especialidades de via-férrea e catenária previstas para a empreitada de reabilitação das infra-estruturas no troço Alto de S. João/Miranda do Corvo, justificando a supressão dos trabalhos em curso com o Plano de Estabilidade e Crescimento (PEC) que “estabeleceu limites ao endividamento por parte das empresas do Sector Empresarial do Estado, o que inevitavelmente determina a necessidade de ajustamentos nos investimentos anteriormente programados”.

Em resposta à pergunta n.º 3852/XI/1^a do Bloco de Esquerda, o Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações garantiu “que as obras em curso no âmbito de empreitadas já adjudicadas (...), designadamente as empreitadas de reabilitação das infra-estruturas dos troços Miranda do Corvo/Serpins e Alto de S. João/Miranda do Corvo, irão continuar como previsto até à fase de execução dos trabalhos às especialidades ferroviárias”.

Assim, parecem concretizar-se as piores expectativas das populações dos concelhos da Lousã e de Miranda do Corvo que esperam há mais de 15 anos pelo Metro Mondego – a linha ferroviária foi desmantelada há praticamente um ano e, apesar de todas as iniciativas tomadas nos últimos meses pelo Bloco e por movimentos de cidadãos em

defesa da continuidade do projecto, não foi possível evitar a suspensão das obras. A população dos concelhos da Lousã, de Miranda do Corvo e de Coimbra sente-se enganada pois com o levantamento dos carris foi-lhe retirado um bem público que a havido servido durante 103 anos. O desmantelamento da ferrovia centenária impossibilitou soluções alternativas como a preservação, modernização, electrificação em modo ferroviário convencional da linha e compra de novo material circulante.

Não é legítimo que o governo interrompa agora estas obras, fazendo antever a aniquilação de um projecto com mais de 15 anos, com obras iniciadas e investimentos realizados da ordem dos 50 milhões de euros. Em várias ocasiões, o governo tem afirmado que deverão ser salvaguardadas as obras referentes a projectos que estão em curso. O Sistema do Metro do Mondego é um desses casos, e por isso afigura-se totalmente incompreensível que, com um investimento realizado, que representa mais de um terço do total do investimento previsto para a 1ª fase, se imponha a suspensão do projecto em plena fase da sua execução. Acresce que sendo essa suspensão de duração indeterminada, tal decisão constitui um enorme desrespeito pela população e um grave abandono de compromissos assumidos, arriscando-se a poder ser também um enorme desperdício de investimento público.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1. O Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações concretize a continuação das obras do Sistema de Mobilidade do Mondego em 2011, desde já nos troços Miranda do Corvo/Serpins e Alto de S. João/Miranda do Corvo e a prossecução do projecto relativo à linha urbana em Coimbra;
2. O Governo proceda à concretização de todos os compromissos assumidos de molde a não colocar minimamente em risco o acesso aos fundos afectados pelo QREN à concretização do Sistema de Mobilidade do Mondego.

Assembleia da República, 3 de Dezembro de 2010.

As Deputadas e os Deputados do Bloco de Esquerda